



A HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NOS LIVROS DE HISTÓRIA PARA O ENSINO MÉDIO.

Edivânia Ferreira Agostinho¹
Erdenia Alves Santos²
Siony Rocha de Sousa³

RESUMO

Este trabalho busca problematizar como o Ensino de História tem sido pensado pelo Estado brasileiro no que diz respeito à incorporação e representação dos povos negros e indígenas no currículo oficial de ensino dessa disciplina. Essa análise foi feita com base nas políticas educacionais para a educação das relações étnico-raciais que reconhecem o caráter etnocêntrico, limitado e racista da educação em geral e, por conseguinte, do Ensino de História. Importa ressaltar que a disciplina de História é citada nas leis 10.639/2003 e 11.645/2008 como uma das principais áreas em que a abordagem da História e Cultura africana, afro-brasileira e indígena deve ser desenvolvida e os seus desdobramentos jurídicos apresentam como esse processo deve ocorrer. Ante isso, examinamos o guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2018, último processo de escolha dos livros didáticos até o momento, para o ensino médio, componente curricular História, acerca da temática supracitada, buscando perceber como estão descritos nele os livros de História para esse nível de ensino aprovados nessa seleção e que foram utilizados durante os últimos três anos nas escolas públicas brasileiras.

Palavras-chave: Ensino de História, Livros didáticos, Relações Étnico-Raciais.

INTRODUÇÃO

O ensino de história atualmente ainda se encontra fortemente marcado pelo etnocentrismo europeu que, na realidade, perpassa toda produção do conhecimento brasileiro. O tratamento das questões relativas à História e Cultura Afroindígena no ensino dessa disciplina reproduz e perpetua erros seculares. Apesar do processo de renovação que temos assistido nas últimas décadas com o sancionamento de leis⁴ que intuem, dentre outras coisas, corrigir essas deficiências, ainda permanecem muitas lacunas, equívocos, estereótipos, reducionismos e a negatização na abordagem dessa temática na Educação Básica. A esse respeito, Divalte Garcia Figueira, nos ajuda a relembrar algumas falhas que são comumente

¹ Mestre em Ensino de História pela Universidade Regional do Cariri; Professora da Educação Básica (SEDUC); autor principal; email: edivaniafagostinho@gmail.com;

² Mestre em Letras pela Universidade Federal de Campina Grande; Professora da Educação Básica (SEDUC); co-autora; email: erdenialves@gmail.com;

³ Mestre em Educação Física pela Universidade Federal Vale do São Francisco; Professora da Educação Básica (SEDUC); co-autora; email: sionyrocha.edf@gmail.com.

⁴ Na primeira década do século XXI foram aprovadas as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que instituíram a obrigatoriedade do estudo da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena em todo o currículo oficial de ensino do Brasil. Seguiram-se a essas leis uma série de pareceres, resoluções e normatizações formuladas ao seu entorno. Toda essa legislação deve ser entendida como políticas públicas específicas de ação afirmativa, implementadas com vistas a atender às demandas educacionais, sociais, econômicas e culturais da população afroindígena.



observadas no trato dessa temática em sala de aula, em especial, no Ensino de História.

Segundo ele,

Dentre as principais falhas, esses estudiosos [especialistas na abordagem dessa temática] apontaram que: (1) índios e negros são quase sempre enfocados no passado e de forma secundária: os índios quase sempre aparecem em função do colonizador; (2) a história é estanque, marcada por eventos significativos de uma historiografia basicamente europeia, ignorando o processo histórico que teve curso no continente; (3) os povos indígenas são apresentados pela negação de traços culturais significativos (falta de escrita, falta de governo, falta de tecnologia para lidar com metais etc.); (4) Omissão, redução e simplificação do papel do indígena na história; (5) operam com a noção de “índio genérico”, ignorando a diversidade que sempre existiu entre esses povos (6) generalizam traços culturais próprios de um povo para todos os povos indígenas; e, por fim, (7) trabalham com a dicotomia “índios puros”, vivendo na Amazônia, *versos* “índios já contaminados” pela civilização, na qual a aculturação é um caminho sem volta. (FIGUEIRA, 2013, p.10)

Nessa análise é dada ênfase as falhas percebidas no Ensino de História Indígena, entretanto quase todos os itens elencados acima podem ser também estendidos ao Ensino de História Africana e Afro-Brasileira. Nesse sentido, é possível alvitrar a relação entre os problemas supracitados que tangem ao Ensino da História e Cultura Afroindígena com a deficiente formação inicial e continuada dos docentes, e com a escassa e precária produção de materiais didáticos, paradidáticos, metodológicos e pedagógicos que contemplem e auxiliem os professores na abordagem dessa temática.

Ante isso, o resultado da pesquisa ora apresentada busca dialogar sobre a relação entre Ensino de História e a educação para as relações étnico-raciais por intermédio da análise do processo de escolha do material didático dessa disciplina. O ano de 2018 é escolhido aqui como marco temporal por estar intrinsecamente ligado às políticas públicas específicas para a população afroindígena, tendo se comemorado no ano citado, quinze anos da aprovação da lei 10.639/2003 e dez anos da sua sucessora, a 11.645/2008. Por outro lado, também no ano de 2018 chegaram às escolas públicas brasileiras de Ensino Médio as novas coleções de livros didáticos que foram utilizados pelos seus estudantes durante os últimos três anos.

O processo de escolha e distribuição desses livros se dá por meio do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD⁵, que é o responsável pelo fornecimento desse material didático para a Educação Infantil, às series iniciais e finais do Ensino Fundamental, à Educação de Jovens e Adultos – EJA, à Educação do Campo e, como já assinalado, para o

⁵ O PNLD é um dos maiores e mais antigos programas de distribuição de livros didáticos, tendo sido criado oficialmente por meio do decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985.



Ensino Médio. Para tal, periodicamente são lançados editais, intercalando as etapas e modalidades acima citadas, com as normas que regem o processo de definição das coleções consideradas aptas a participarem da escolha e que constarão nas relações dos guias disponibilizados às escolas que, por intermédio dos seus professores, selecionarão as coleções que mais se adequarem as suas realidades. Todo esse processo é mediado por critérios pré-estabelecidos, por avaliadores que analisam se os requisitos estão sendo cumpridos, e nessa última versão, por instituições de Ensino Superior que o coordenaram.

Desta forma, após a aprovação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 foram lançados, respectivamente, quatro e três, guias orientando os processos de seleções dos livros didáticos para o Ensino Médio. Cremos que este intervalo tenha sido consideravelmente suficiente para a incorporação dessas determinações jurídicas em seus textos. Em vista disso, neste trabalho analisaremos o guia de livros didáticos para o Ensino Médio, do PNLD 2018, mais especificamente, o componente curricular História, destacado nessa legislação como uma das principais áreas para a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (§2º, art. 26-A da lei 11.645/2008).

METODOLOGIA

O guia do PNLD supracitado encontra-se dividido em quatro partes. A primeira delas, de cunho teórico, aborda questões referentes ao Ensino de História e o Ensino Médio na atualidade. Na segunda parte são apresentados “os princípios, critérios e processos de avaliação”, como é descrito nele, estando em consonância com as fichas de avaliações que foram utilizadas e disponibilizadas em seus anexos. A terceira e quarta partes estão voltadas para as coleções de livros didáticos aprovadas, se detendo num primeiro momento às concepções de história presentes nelas, e posteriormente, analisando-as com mais profundidade.

É possível perceber que na sua redação houve em diferentes momentos a preocupação em situar uma proposta de educação mais plural e diversa. Nesse sentido, podem ser encontrados muitos termos que não abordam diretamente a população afroindígena, mas que se interligam a elas. Por exemplo, frequentemente, são empregados os vocábulos diversidade, práticas socioculturais, equidade, identidade, e expressões referentes à necessidade de combater o racismo, o preconceito, a desigualdade, o euro e o etnocentrismo, bem como conclamando o respeito e a valorização das minorias étnicas. Porém, vale destacar que em nenhum momento o texto utiliza o termo interculturalidade, sendo ele muito aplicado na



legislação brasileira quando se trata da Educação Indígena, o que denota que apenas a educação deles tem a obrigação de incorporar nossa cultura e que o inverso não se faz necessário.

Em outros trechos, é feito nesse guia a defesa de que a História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena devem ser incorporadas ao Ensino de História, juntamente com o estudo de outros povos, como um meio de enfrentamento ao eurocentrismo, ainda tão presente na abordagem dessa disciplina. No entanto, apesar de fazer essa ressalva, é possível perceber, por meio das resenhas oferecidas no próprio guia que parte das coleções aprovadas mantém ainda uma abordagem tradicional e eurocêntrica, reduzindo, em alguns casos, o estudo desses povos aos conteúdos já consagrados.

A referência direta às leis 10.639/2003 e 11.645/2008 nesse guia ocorre no estabelecimento de critérios eliminatórios para a avaliação das obras. Nele foram estipulados critérios supressivos comuns a todas as disciplinas e outros específicos à disciplina de História, tendo a não abordagem ou a abordagem desqualificada da história e cultura da África, dos afro-brasileiros e da população indígena sido classificada como item de avaliação específica da disciplina de História. A esse respeito pode ser lido nesse documento,

São também específicos, como explicitados na sequência, os conteúdos substantivos prescritos pela legislação, acerca da História da África, populações afro-brasileira e indígena e os valores mantenedores do Estado de direito, como o respeito à diversidade e o estímulo ao convívio social republicano. (BRASIL, 2017, p. 13)

Da forma como o fragmento acima está redigido decorrem alguns questionamentos. Em primeiro lugar, é afirmado que esse estabelecido está em consonância com que prescreve as leis relativas a essa população, suas histórias e culturas. No entanto, as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 estabelecem que a abordagem de tais temáticas deva estar presentes em todo o currículo escolar e não só no de História. Sendo assim, ela deveria estar alocada entre os critérios de avaliação comuns a todas as áreas e não restrito a um único componente escolar, porém isso se deve ao fato dessa mesma legislação destacar o Ensino de História como uma das principais disciplinas em que essa abordagem deve acontecer. Outro ponto que carece de uma melhor definição é a referência feita aos “conteúdos substantivos prescritos pela legislação” sem direcionar o que realmente deveria ser abordados nessas coleções em relação ao estabelecido em lei. Em decorrência disso, se percebe nas análises feitas pelo PNL D que esses livros findam por não manter um padrão na abordagem desses povos, aparecendo em alguns deles de maneira elaborada e consonante com os estudos e as referências atualizadas e,



em outras, reproduzindo visões restritas e reduzidas, cumprindo apenas a determinação de os abordarem e não veicularem preconceitos.

Por intermédio das fichas de avaliação⁶, é possível compreender melhor como foi pensada a questão afroindígena para a formulação dos livros didáticos no Brasil. Essas fichas são divididas em cinco grandes quesitos, cada um deles compostos de tópicos a serem analisados em seus variados aspectos. O primeiro ponto avaliado foi o intitulado “manual do professor” que se reporta ao assunto por nós abordado ao estabelecer um item para verificar se as obras analisadas orientam os professores sobre as possibilidades de trabalho com tal temática. Entretanto, acreditamos que este não seja um quesito obrigatório, tendo em vista que das treze coleções aprovadas nesse guia de 2018, três não fazem referência a eles em seus manuais para professores.

Na sequência podem ser encontradas as fichas de avaliação relativas à análise do item “proposta didático-pedagógica” que em nenhum momento faz alusão ao estudo da História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena. Já no que se refere ao “componente curricular História” se encontra indicações diretas e indiretas a essa temática que vão desde a recomendação para se romper com visões eurocêntricas e etnocêntricas até a determinação da isenção de estereótipos e discriminações que conduzam a formação de preconceitos ou desrespeito à diversidade.

Entretanto, o quesito em que mais se estabelecem exigências pertinentes à abordagem da temática afroindígena é o denominado “formação cidadã”. Nele se estabelece que os livros devam estar em consonância com a legislação educacional do país, incluindo as alterações na LDB/1996 feitas por meio das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, citando ainda o Parecer 003/2004 e a Resolução 01/2004. Nesse sentido, foram fixados pontos a serem apurados relacionados à averiguação da adequação a essas leis, da abordagem qualificada da História e Cultura Africana, Afro-Brasileiras e Indígenas (analisados separadamente), da isenção de informações estereotipadas e preconceituosas de condição étnico-racial, do incentivo a valorização da diversidade, e da inclusão da “temática das relações étnico-raciais, do preconceito, da discriminação racial e da violência correlata, visando à construção de uma sociedade antirracista, solidária, justa e igualitária” (BRASIL, 2017, p. 103).

O último item a ser avaliado por meio dessas fichas foi o “projeto gráfico e editorial” que em seu subtópico “ilustrações” requer a verificação se as imagens apresentadas nos livros

⁶ Constam nos anexos do guia dos livros didáticos do PNLD os modelos das fichas que foram disponibilizadas aos profissionais que atuaram na análise das coleções dos livros didáticos. Nessas fichas constam os critérios estabelecidos para análise, os pontos que devem ser avaliados no processo e alguns espaços para as observações dos avaliadores.



retratam a diversidade e a pluralidade étnico-racial e cultural do país. Critério este que, provavelmente, não seja eliminatório, pois, de acordo com as resenhas apresentadas neste guia sobre as coleções aprovadas, algumas delas possuem poucas ilustrações com essa finalidade.

Talvez possa afirmar que, para a análise aqui proposta, a terceira e quarta parte desse guia sejam as mais profícuas. Nesses trechos são apresentados balanços e sínteses das coleções de livros didáticos de História para o Ensino Médio aprovadas no PNLD 2018. Em um primeiro momento foi exposto um apanhado geral dessas obras e, em seguida, um resumo individual de cada uma delas demonstrando suas deficiências e potencialidades. Assim sendo, nos deteremos a refletir, no tópico dos resultados da pesquisa, como foi desenvolvido nessas coleções o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, de acordo com a análise apresentada no guia supracitado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na resenha sobre as obras, oferecida no guia aqui analisado, é destacado sempre pelo menos um parágrafo para demonstrar como elas incorporam a temática da cultura e história afro-brasileira e indígena, sempre mantendo um mesmo padrão de análise. No que tange a apresentação dos aspectos gerais dos livros, em quase todos se ressalta que eles estão organizados de forma a incorporar a História européia, africana, asiática e americana, dando a entender que todos cumprem a determinação legal de incluir africanos, seus descendentes e indígenas em seus capítulos.

Uma importante novidade percebida foi que parcela significativa dessas coleções tem apresentado visões mais positivas em relação aos afroindígenas, em alguns casos rompendo com a restrição do estudo desses povos apenas no período colonial brasileiro, incorporando e problematizando os seus processos de resistências, inclusive no período republicano, e em alguns casos, destacando as atuações dos movimentos negro e indígena. Porém, infelizmente, essa ainda não é a realidade de todos os livros didáticos adotados no país, tendo ainda pouco menos da metade deles reproduzido visões reducionistas que relegam esses povos, em especial, os indígenas, ao período da colonização e que os representam como passivos e subjugados. A seguir segue uma tabela ilustrativa com as questões levantadas acima.



Tabela 1 - Forma e períodos da abordagem da população afroindígena nas coleções de livros didáticos de História do Ensino Médio – PNLD 2018.

Coleções	Imagem Positiva	Para além da Colonização	Imagem Negativa	Restrito a Colonização
1. História – Passado e Presente (Editora Ática).	Sim	Parcialmente		Sim
2. Olhares da História – Brasil e Mundo (Editora Scipione).	Sim	Sim		
3. História Global (Saraiva Educação).		Sim		
4. História (Saraiva Educação).	Sim	Parcialmente		
5. Cenas da História (Palavras Projetos Editoriais).		Parcialmente (apenas dos negros)	Parcialmente (apenas dos indígenas)	Sim
6. Caminhos do Homem (Base Editorial).	Parcialmente (apenas dos negros)	Parcialmente (apenas dos negros)	Parcialmente (apenas dos indígenas)	Parcialmente (apenas dos indígenas)
7. Conexões com a História (Moderna).	Sim	Sim		
8. Por dentro da História (Escala Educacional).		Sim		
9. História, Sociedade e Cidadania (FTD).	Parcialmente (apenas dos negros)	Parcialmente (apenas dos negros)	Parcialmente (apenas dos indígenas)	Parcialmente (apenas dos indígenas)
10. #Contato História (Quinteto).	Sim	Sim		
11. Oficina de História (Leya).	Parcialmente (apenas dos negros)		Parcialmente (apenas dos indígenas)	Sim
12. História em Debate (Editora do Brasil).	Parcialmente (apenas dos indígenas)	Sim	Sim	Sim
13. História – Das Cavernas ao Terceiro Milênio (Moderna).	Sim			

Tabela produzida pela autora com dados extraídos do guia do PNLD 2018 para o Ensino Médio – Componente curricular História.



Outros dois pontos favoráveis que merecem destaque é que seis das treze coleções aprovadas mostram em suas abordagens à preocupação em adequarem seus discursos, atividades e conteúdos, ainda que pontualmente, a formação para as relações étnico-raciais e o combate ao preconceito, racismo e discriminações; e que algumas delas, pelo menos quatro foram enfatizadas, buscam ancorá-las em pesquisas e referências historiográficas atuais que apresentam novas concepções sobre esses povos, tanto no que diz respeito aos contextos de dominação e escravização quanto em relação a sua presença na contemporaneidade.

Tabela 2 - Livros didáticos de História do Ensino Médio – PNLD 2018 que abordam as relações étnico-raciais, o combate ao racismo, e que estão embasados em pesquisas historiográficas atualizadas.

Coleções	Abordam relações étnico – raciais, o combate ao racismo e a discriminação.	Embasados em pesquisas historiográficas atualizadas.
1. História – Passado e Presente (Editora Ática).	Sim	
2. Olhares da História – Brasil e Mundo (Editora Scipione).	Pontualmente	Sim
3. História Global (Saraiva Educação).	Sim	
4. História (Saraiva Educação).	Sim	Sim
5. Cenas da História (Palavras Projetos Editoriais).	Não	Sim
6. Caminhos do Homem (Base Editorial).	Não	
7. Conexões com a História (Moderna).	Sim	
8. Por dentro da História (Escala Educacional).	(Não Citado)	
9. História, Sociedade e Cidadania (FTD).	Não	
10. #Contato História (Quinteto).	Sim	
11. Oficina de História (Leya).	(Não Citado)	Sim
12. História em Debate (Editora do Brasil).	(Não Citado)	
13. História – Das Cavernas ao Terceiro Milênio (Moderna).	(Não Citado)	

Tabela produzida pela autora com dados extraídos do guia do PNLD 2018 para o Ensino Médio – Componente curricular História.

Ainda há um grave déficit nesses livros em relação à apresentação da heterogeneidade dos povos africanos e, principalmente, dos indígenas. Os indígenas são frequentemente relegados ao século XVI, período da colonização brasileira, e abordados genericamente, sem se enfatizar a diversidade de povos que havia nesse período e que ainda há no Brasil. Esse é um ponto destacado no próprio guia do PNLD. Nele afirma-se,



Em relação à temática indígena, as coleções apresentam os povos indígenas (Tupi, Tupi-Guarani, Tupinambá e Tupiniquim) como sujeitos do século XVI, mencionando a questão da terra e aspectos da diversidade étnica no século XXI. Contudo, observa-se que essa temática pode ser mais aprofundada mediante as novas produções na área. (BRASIL, 2017, p. 19)

Por meio da assertiva exposta acima e a partir das resenhas oferecidas pelo guia de História, podemos perceber também que o estudo da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira se encontra mais consolidada e presente nas coleções didáticas para o Ensino Médio, se comparadas à inserção da História e Cultura Indígena. No mínimo cinco das obras admitidas enfatizam visões positivas em relação aos negros, apresentando os seus processos de resistências, sugestões didáticas e bibliográficas atualizadas sobre eles, ao mesmo passo que mantém a abordagem clássica e atrasada em relação aos indígenas brasileiros. Talvez esse processo decorra do fato da instituição da lei 10.639/2003 ter ocorrido primeiro e dos órgãos governamentais, como a Seppir e a Secadi, desenvolverem mais ações voltadas para a sua implementação. A seguir segue um quadro esquemático destacando as coleções que abordam a História e Cultura Afro-Brasileira de forma mais positiva e completa do que a Indígena.

Tabela 3 – Ênfase na abordagem dos povos afrodescendentes e indígenas nos livros didáticos de História do Ensino Médio – PNLD 2018.

Coleções	Enfatizam população afrodescendente.	Enfatizam povos indígenas.
1. História – Passado e Presente (Editora Ática).		
2. Olhares da História – Brasil e Mundo (Editora Scipione).		
3. História Global (Saraiva Educação).		
4. História (Saraiva Educação).		
5. Cenas da História (Palavras Projetos Editoriais).	X	
6. Caminhos do Homem (Base Editorial).	X	
7. Conexões com a História (Moderna).		
8. Por dentro da História (Escala Educacional).		
9. História, Sociedade e Cidadania (FTD).	X	
10. #Contato História (Quinteto).		
11. Oficina de História (Leya).	X	
12. História em Debate (Editora do Brasil).	X	

13. História – Das Cavernas ao Terceiro Milênio (Moderna).		
--	--	--

Tabela produzida pela autora com dados extraídos do guia do PNLD 2018 para o Ensino Médio – Componente curricular História.

Ao fim dessas resenhas são apresentados no subtópico denominado “Em sala de aula” os pontos positivos e negativos de cada um dos livros analisados, onde se oferecem dicas de como o professor pode aproveitar as suas potencialidades e o que ele precisará fazer para corrigir as suas deficiências caso venha a adotá-lo. Por meio dessa análise, conseguimos constatar que oito (mais da metade das coleções aprovadas) possuem alguma carência ao abordar da temática aqui proposta, seja ela em relação aos textos indicados, a escassez de imagens e/ou aos exercícios recomendados.

Tabela 4 - Coleções destacadas positivamente e negativamente no guia do PNLD 2018 para o Ensino Médio - História.

Coleções	Positivos	Negativos
1. História – Passado e Presente (Editora Ática).		X
2. Olhares da História – Brasil e Mundo (Editora Scipione).	X	
3. História Global (Saraiva Educação).		
4. História (Saraiva Educação).	X	
5. Cenas da História (Palavras Projetos Editoriais).		X
6. Caminhos do Homem (Base Editorial).		X
7. Conexões com a História (Moderna).		X
8. Por dentro da História (Escala Educacional).	X	
9. História, Sociedade e Cidadania (FTD).	X	X
10. #Contato História (Quinteto).	X	
11. Oficina de História (Leya).	X	X
12. História em Debate (Editora do Brasil).	X	X
13. História – Das Cavernas ao Terceiro Milênio (Moderna).		X

Tabela produzida pela autora com dados extraídos do guia do PNLD 2018 para o Ensino Médio – Componente curricular História.

Todos esses elementos demonstram que apesar da significativa melhora na abordagem da História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena nos livros didáticos de História do Ensino Médio e nos dispositivos que regulam a sua escolha, processo este que acreditamos decorrer diretamente da implementação das leis 10.639/2003, 11.645/2008 e dos seus



desdobramentos, ainda são muitos os problemas, especialmente, as ausências encontradas no trato dessa temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que tange a problemática aqui abordada é pertinente destacar que pesquisas recentes apontam para uma maior inserção dessa temática nos guias do PNLD para o Ensino de História e Geografia, e, por conseguinte, nos livros didáticos dessas disciplinas. As pesquisadoras Kelly Russo e Mariana Paladino (2014), ao investigarem a inclusão da lei 11.645/2008 nos guias do PNLD de 2013, para os Ensinos de Geografia, História, Português, Ciências e Matemática constataram que apesar da maior parte deles não reproduzir visões desrespeitosas e preconceituosas, também não desenvolvem diretamente temáticas relativas à população afroindígena, com exceção dos guias de História e Geografia.

Tal fato é contraditório, tendo em vista que nas alterações feitas no art. 26-A da LDB/1996 se estabelece que o estudo a respeito desses povos deve ocorrer em todo o currículo escolar, isto é, deve ser incorporado a todas as disciplinas e para todas as séries do Ensino Fundamental e Médio.

De toda forma, sabemos que a análise das resenhas disponibilizadas nos guias do PNLD não se constitui em investigar as coleções de livros didáticos, propriamente dita, e que estes podem reservar surpresas, sejam elas positivas ou negativas, em relação ao tratamento destinado à História e Cultura Afroindígena.

Deve-se enfatizar também, que mesmo os resultados das pesquisas que se debruçam sob os livros didáticos para refletir sobre essa problemática, não conseguem abarcar a real implementação dessa temática em sala de aula, tendo em vista que a prática docente é múltipla e multifacetada. Em muitos casos, os professores utilizam metodologias e materiais didáticos que foram formulados e acumulados ao longo das suas experiências pedagógicas e propõem em suas aulas o estudo sobre negros e indígenas a partir de iniciativas individuais e com a utilização de recursos próprios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei 10.639/2003**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm (acesso em 18/05/2017).



BRASIL. **Lei 11.645/08**, de 10 de Março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm (acesso em 18/05/2017).

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2018: história – guia de livros didáticos – Ensino Médio**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2017.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. **História, 3º ano: ensino médio**. São Paulo, IBEP, 2013 – (Coleção Integralis).

RUSSO, Kelly; PALADINO, Mariana. **Reflexões sobre a lei 11.645/2008 e a inclusão da temática indígena na escola**. ITABAIANA: GEPIADDE, ano 08, v. 16, p. 31-59, jul./dez., 2014.